



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 58/2018 - UFPA, DE 06 DE ABRIL DE 2018

NÍVEL E (Nível Superior)
PSICÓLOGO – Área: EDUCACIONAL

10 de junho de 2018

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE PROVA

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **50** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos** – 10 de Língua Portuguesa e 10 de Legislação – e **30** de **Conhecimentos Específicos**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.
- 6 Do **Cartão-Resposta**, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada ou com o uso de corretivo.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA somente será substituído se contiver falha de impressão e/ou se os dados apresentados não corresponderem aos seus.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 9 O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 10 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 11 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES ao deixar, em definitivo, a sala de provas, no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 12 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14h30min e término às 18h30min**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito a 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 13 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Sobre a ciência e a fé

1 “Temos dois olhos. Com um, vemos as coisas do tempo, efêmeras, que desaparecem. Com
2 o outro, vemos as coisas da alma, eternas, que permanecem”, assim escreveu o místico Ângelus
3 Silésius.

4 No consultório do oftalmologista estava uma gravura com o corte anatômico do olho.
5 Científica. Verdadeira. Naquela noite, o mesmo oftalmologista foi se encontrar com sua bem-amada.
6 Olhando apaixonado os seus olhos e esquecido da gravura pendurada na parede do seu consultório,
7 ele falou: “Teus olhos, mar profundo ...”. No consultório ele jamaisalaria assim. Falaria como cientista.
8 Mas os olhos da sua amada o transformaram em poeta. Cientista, ele fala o que vê com o primeiro olho.
9 Apaixonado, ele fala o que vê com o segundo olho. Cada olho vê certo no mundo a que pertence.

10 O filósofo Ludwig Wittgenstein criou a expressão “jogo de linguagem” para descrever o que
11 fazemos ao falar. Jogamos com palavras... Veja esse jogo de palavras chamado “piada”. O que se
12 espera de uma piada é que ela provoque riso. Imagine, entretanto, que um homem, em meio aos risos
13 dos outros, lhe pergunte: “Mas isso que você contou aconteceu mesmo?”. Aí você o olha perplexo e
14 pensa: “Coitado! Ele não sabe que nesse jogo não há verdades. Só há coisas engraçadas”. Vamos
15 agora para um outro jogo de palavras, a poesia: “(...) e, no fundo dessa fria luz marinha, nadam meus
16 olhos, dois baços peixes, à procura de mim mesma”. Aí o mesmo homem contesta o que o poema diz:
17 “Mas isso não pode ser verdade. Se a Cecília Meireles estivesse no fundo do mar ela teria se afogado.
18 E os olhos não são peixes ...”. Pobre homem... Não sabe que a poesia não é linguagem para dizer as
19 coisas que existem. É jogo para fazer beleza. A ciência também é um jogo de palavras. É o jogo da
20 verdade, falar o mundo como ele é.

21 Acontece que nós, seres humanos, sofremos de uma “anomalia”: não conseguimos viver no
22 mundo da verdade, no mundo como ele é. O mundo como ele é é muito pequeno para o nosso amor.
23 Temos nostalgia de beleza, de alegria e – quem sabe? – de eternidade. Desejamos que as alegrias não
24 tenham fim! Mas beleza e alegria, onde se encontram essas “coisas”? Elas não estão soltas no mundo,
25 ao lado das coisas do mundo tal como ele é. Elas não são, existem não existindo, como sonhos, e só
26 podem ser vistas com o “segundo olho”. Quem as vê são os artistas. E se alguém, no uso do primeiro
27 olho, objeta que elas não existem, os artistas retrucam: “Não importa. As coisas que não existem são
28 mais bonitas” (Manoel de Barros). Pois os sonhos, no final das contas, são a substância de que somos
29 feitos. [...]

30 É no mundo encantado de sonhos que nascem as fantasias religiosas. As religiões são sonhos
31 da alma humana que só podem ser vistos com o segundo olho. São poemas. E não se pode perguntar
32 a um poema se ele aconteceu mesmo... Jesus se movia em meio às coisas que não existiam e as
33 transformava em parábolas, que são estórias que nunca aconteceram. E, não obstante a sua não
34 existência, as parábolas têm o poder de nos fazer ver o que nunca havíamos visto antes. O que não é,
35 o que nunca existiu, o que é sonho e poesia tem poder para mudar o mundo. “Que seria de nós sem o
36 socorro do que não existe?”, perguntava Paul Valéry. Leio os poemas da Criação. Nada me ensinam
37 sobre o início do universo e o nascimento do homem. Sobre isso falam os cientistas. Mas eles me fazem
38 sentir amavelmente ligado a este mundo maravilhoso em que vivo e que minha vocação é ser seu
39 jardineiro... Leio a parábola do Filho Pródigo, uma estória que nunca aconteceu. Mas ao lê-la minhas
40 culpas se esfumam e compreendo que Deus não soma débitos nem créditos...

41 Dois olhos, dois mundos, cada um vendo bem no seu próprio mundo...

42 Aí vieram os burocratas da religião e expulsaram os poetas como hereges. Sendo cegos do
43 segundo olho, os burocratas não conseguem ver o que os poetas veem. E os poemas passaram a ser
44 interpretados literalmente. E, com isso, o que era belo ficou ridículo. Todo poema interpretado
45 literalmente é ridículo. Toda religião que pretenda ter conhecimento científico sobre o mundo é ridícula.

46 Não haveria conflitos se o primeiro olho visse bem as coisas do seu lugar, e o segundo
47 também as visse do seu lugar. Conhecimento e poesia, assim, de mãos dadas, poderiam ajudar a
48 transformar o mundo.

ALVES, Rubem. **Pimentas**: para provocar um incêndio, não é preciso fogo. São Paulo: Planeta 2014. Adaptado.



- 1 O texto de Rubem Alves fala, metaforicamente, de dois olhos que possuiríamos para ver os dois mundos distintos que caracterizam a nossa existência. Nessa perspectiva, o primeiro olho é aquele que vê o mundo
- (A) das verdades religiosas.
 - (B) das verdades científicas.
 - (C) dos sonhos e da fantasia.
 - (D) da poesia e da beleza.
 - (E) das coisas inexistentes.
- 2 A palavra *olho(s)* é empregada em sentido figurado, no trecho
- (A) “No consultório do oftalmologista estava uma gravura com o corte anatômico do olho.” (linha 4)
 - (B) “Olhando apaixonado os seus olhos e esquecido da gravura pendurada na parede do seu consultório,...” (linha 6)
 - (C) “Mas os olhos da sua amada o transformaram em poeta.” (linha 8)
 - (D) “E os olhos não são peixes ...” (linha 18)
 - (E) “Elas não são, existem não existindo, como sonhos, e só podem ser vistas com o “segundo olho”. (linhas 25 e 26)
- 3 O mundo visto pelo *segundo olho* é caracterizado de várias maneiras no texto. Algumas palavras que caracterizam ou se referem a coisas que são vistas pelo *segundo olho* são
- (A) eternas, cientista e beleza.
 - (B) conhecimento, verdade e poesia.
 - (C) sonhos, fantasia e efêmeras.
 - (D) religião, poesia e beleza.
 - (E) ciência, conhecimento e verdade.
- 4 A palavra *se* é empregada várias vezes no texto com sentidos diferentes. Essa palavra indica a ideia de condição no trecho
- (A) “Naquela noite, o mesmo oftalmologista foi se encontrar com sua bem-amada.” (linha 5)
 - (B) “O que se espera de uma piada é que ela provoque riso.” (linhas 11 e 12)
 - (C) “...ela teria se afogado.” (linha 17)
 - (D) “E não se pode perguntar a um poema ...” (linhas 31 e 32)
 - (E) “Não haveria conflitos se o primeiro olho visse bem as coisas do seu lugar, ...” (linha 46)
- 5 A palavra *anomalia* (linha 21) pode ser substituída, sem prejuízo de significado, por
- (A) deformidade.
 - (B) normalidade.
 - (C) regularidade.
 - (D) igualdade.
 - (E) paridade.
- 6 No trecho “Acontece que nós seres humanos sofremos de uma “anomalia”: não conseguimos viver no mundo da verdade, no mundo como ele é.” (linhas 21 e 22), os dois pontos foram empregados para
- (A) introduzir uma explicação.
 - (B) introduzir um discurso de forma direta.
 - (C) destacar trechos considerados importantes.
 - (D) introduzir um discurso de forma indireta.
 - (E) dar ênfase a uma expressão em linguagem figurada.



- 7 No trecho “A ciência também é um jogo de palavras.” (linha 19), a palavra *também* expressa a ideia de
- (A) exclusão.
 - (B) condição.
 - (C) inclusão.
 - (D) contradição.
 - (E) conformidade.
- 8 O pronome *eles*, no trecho “Mas eles me fazem sentir amavelmente ligado a este mundo maravilhoso em que vivo...” (linhas 37 e 38), se refere a
- (A) sonhos.
 - (B) parábolas.
 - (C) cientistas.
 - (D) sonho e poesia.
 - (E) poemas da Criação.
- 9 As coisas que não existem e que só são vistas pelo *segundo olho* são importantes porque
- (A) têm poder para mudar o mundo.
 - (B) são expressas por meio de jogos de linguagem.
 - (C) falam do mundo como ele é.
 - (D) são coisas efêmeras que desaparecem.
 - (E) não são vistas pelos burocratas da religião.
- 10 De acordo com o texto, os conflitos com a religião ocorrem porque
- (A) as religiões falam de coisas que não existem.
 - (B) ela nada ensina acerca do universo e do homem.
 - (C) os burocratas da religião são cegos do segundo olho.
 - (D) conhecimento e poesia não podem andar de mãos dadas.
 - (E) o primeiro e o segundo olho veem as coisas de lugares diferentes.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos:
- (A) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; e V – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional, exclusivamente.
 - (B) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; V – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e VI – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
 - (C) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.
 - (D) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; IV – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.
 - (E) I – equivalência de vencimentos; II – manutenção da essência das atribuições do cargo; III – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; IV – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.



- 12 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, aptidão física e mental e o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo fazem parte dos requisitos básicos para investidura em cargo público. Os demais requisitos são
- (A) I – o gozo dos direitos políticos; II – a nacionalidade brasileira; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (B) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – a nacionalidade brasileira; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (C) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (D) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; e III – a nacionalidade brasileira, somente.
 - (E) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; III – a nacionalidade brasileira; e IV – a idade mínima de dezoito anos.
- 13 A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, em que consta, dentre outras disposições, a modalidade: de remoção. Para fins do disposto na referida Lei, entende-se por modalidade de remoção:
- (A) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, a critério da Administração; III – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (B) I – a pedido, a critério da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, exclusivamente.
 - (C) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, somente.
 - (D) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, a critério da Administração; III – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e b) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, exclusivamente.
 - (E) I – a pedido, a critério da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; e b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial, exclusivamente.



- 14 Além de guardar sigilo sobre assunto da repartição; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; tratar com urbanidade as pessoas; ser leal às instituições a que servir; são deveres do servidor, de acordo com o que determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais:
- (A) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau; e V – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
 - (B) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares; e V – recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
 - (C) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; dentre outras.
 - (D) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – atuar como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro; e V – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.
 - (E) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; e V – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.
- 15 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Conforme essa Lei, caberá à Instituição de Ensino Superior avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis:
- (A) I – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; II – inovações tecnológicas; III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (B) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; e III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (C) I – demandas institucionais; II – inovações tecnológicas; e III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (D) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; e III – inovações tecnológicas, somente.
 - (E) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; III – inovações tecnológicas; e IV – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.



- 16 Define a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, dentre outras situações, uma parte que trata do regime disciplinar em vários capítulos como: dos deveres; das proibições; da acumulação; das responsabilidades; e das penalidades. De acordo com essa lei, detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de
- (A) 10 (dez) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 02 (dois) servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (B) 20 (vinte) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 04 (quatro) servidores não obrigatoriamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (C) 30 (trinta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 06 (seis) servidores não obrigatoriamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (D) 40 (quarenta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 05 (cinco) servidores não necessariamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (E) 60 (sessenta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 08 (oito) servidores não necessariamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.



- 17 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Além de ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum, existem outros deveres fundamentais do servidor público, como:
- (A) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
 - (B) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; dentre outros.
 - (C) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (D) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (E) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.



- 18 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Além da adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual, e da racionalização e efetivação e efetividade dos gastos com capacitação, existem outras finalidades contempladas pela Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, tais como:
- (A) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional.
 - (B) I – incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (C) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (D) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (E) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho.
- 19 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. A elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação observará os princípios e diretrizes estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.091, de 2005, e ainda:
- (A) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; II – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, somente.
 - (B) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; II – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e III – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (C) I – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e II – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais, somente.
 - (D) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; e II – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais, somente.
 - (E) I – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, exclusivamente.



- 20 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. Além da racionalização de métodos e procedimentos de controle; compartilhamento de informações nos termos da Lei; e da presunção da boa-fé, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observar ainda as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos:
- (A) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; IV – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e V – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.
 - (B) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; e IV – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos, exclusivamente.
 - (C) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e IV – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.
 - (D) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; III – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e IV – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.
 - (E) I – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; II – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; e III – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 No contexto educacional, muitas atividades desenvolvidas pelo profissional de psicologia requerem a interlocução com outros profissionais, como gestores, docentes, técnicos etc. Com base na Resolução nº 010/2005, do Conselho Federal de Psicologia, que aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo, quanto à conduta a ser adotada pelo psicólogo nestes contextos multiprofissionais, é correto afirmar:
- (A) Deve compartilhar as informações recebidas de forma detalhada, privilegiando o princípio da transparência, de modo que os demais profissionais se sintam fundamentados para lidar com o caso em questão.
 - (B) Deve selecionar as informações imprescindíveis para a atuação dos demais profissionais, restringindo seu relato a estas e responsabilizando a equipe multiprofissional pelo compromisso quanto ao sigilo do que foi repassado.
 - (C) Deve orientar os demais profissionais quanto a como procederem, com base nas informações sigilosas obtidas, sem compartilhar qualquer conteúdo específico sobre o caso em função do respeito ao sigilo.
 - (D) Deve efetuar contrato por escrito sobre as responsabilidades quanto ao sigilo, de forma a garantir a possibilidade do repasse pleno de informações a quem possa vir a trabalhar no caso.
 - (E) Deve trabalhar sempre em conjunto com os demais profissionais, de modo a não receber informações sigilosas por se tratar de contexto educacional e, portanto, não requerer o sigilo previsto para a prática clínica.



22 Discutindo os impactos da obra de Vygotsky, Fino (2013) afirma que “parece não existir razão que justifique o estudo do desenvolvimento psicológico separado da compreensão das circunstâncias culturais dentro das quais os indivíduos nascem e crescem”. Com base na teoria sócio-histórica de Vygotsky, considere as afirmativas seguintes.

- I Os processos psicológicos elevados humanos são inicialmente partilhados, sendo posteriormente interiorizados pelos indivíduos.
- II O contexto social é fundamental ao desenvolvimento, de modo que os aspectos biológicos se tornam irrelevantes para a compreensão dos processos desenvolvimentais.
- III Considerando as diferentes circunstâncias culturais existentes, pode-se dizer que não há uma forma de compreender o desenvolvimento humano, pois as teorias seriam limitadas pelo seu contexto social original.
- IV Com as mudanças culturais existentes na sociedade atual, como a internet e as redes sociais, faz-se necessário compreender o impacto destas ferramentas no desenvolvimento individual.

Estão corretas

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

23 A pesquisa em psicologia é marcada por uma diversidade de métodos e de debates epistemológicos sobre a viabilidade e o impacto do uso de cada um deles (Breakwell et al., 2010). Observe as colunas abaixo e relacione o método de pesquisa apresentado à sua caracterização geral.

- | | |
|-------------------------|--|
| I Observacional | A) Análise de situações específicas a partir do registro de eventos e da interpretação dos dados obtidos. |
| II Testes psicométricos | B) Processo dinâmico que envolve planejamento, atuação, observação e reflexão, direcionado à transformação social. |
| III Entrevista | C) Mensuração de características mentais intrínsecas a um indivíduo, utilizando-se de indicadores do objeto de estudo e análises estatísticas. |
| IV Grupos focais | D) Levantamento de dados qualitativos sobre um assunto específico através da interação grupal mediada. |
| V Pesquisa Ação | E) Uso de um instrumento de pesquisa através da interação pesquisador-participante requerendo sistematização na coleta e análise de informações. |

A sequência correta é

- (A) IA; IIE; IIIB; IVC; VD.
- (B) IC; IID; IIIA; IVB; VE.
- (C) IA; IIC; IIIE; IVD; VB.
- (D) IB; IIA; IIIC; IVE; VD.
- (E) IE; IIB; IIID; IVA; VC.



- 24 Para que políticas públicas sejam efetivamente implementadas, Ferreira e Nogueira (2016) destacam a importância do envolvimento comunitário no processo. Com base no contexto educacional do ensino superior, assinale a alternativa que descreve o papel do psicólogo escolar no processo de implementação de políticas públicas educacionais.
- (A) O psicólogo deve fiscalizar os processos de implementação da política pública, formalizando denúncias e contribuindo com a elaboração de sanções ante o não cumprimento do que foi previsto.
 - (B) Cabe ao psicólogo formular documentos para a institucionalização das políticas públicas no âmbito da Universidade, submetendo-os à aprovação nas instâncias cabíveis.
 - (C) As políticas públicas educacionais referem-se primordialmente a práticas administrativas que fogem do escopo da atuação do profissional de psicologia no contexto escolar.
 - (D) O psicólogo deve contribuir com a elaboração e execução de ações de informação e sensibilização da comunidade acadêmica, favorecendo a mobilização coletiva em prol da implementação da política pública em questão.
 - (E) É papel do psicólogo o acolhimento de demandas individuais decorrentes de falhas do processo de implementação de políticas públicas educacionais, contribuindo com sua prática clínica com as estratégias de enfrentamento do discente atendido.
- 25 A inserção do psicólogo escolar no ensino superior é um fenômeno incipiente, ainda que crescente nos últimos 20 anos. Com base em autores da área, como Marinho-Araújo, Souza e Sampaio, quanto ao que se espera do psicólogo nesse contexto de atuação, analise as afirmativas seguintes.
- I Viabilizar o atendimento clínico de graduandos, considerando o cenário atual de adoecimento mental no ensino superior.
 - II Compreender as implicações das políticas públicas educacionais de democratização do acesso, contribuindo com uma cultura de apoio e respeito à diversidade.
 - III Atuar em equipes interdisciplinares de modo a contribuir com processos de ensino e aprendizagem favorecedores do desenvolvimento individual e coletivo.
 - IV Sistematizar práticas avaliativas e procedimentos didáticos que contribuam com o alcance de metas estabelecidas por políticas federais, como o SINAES.
- Estão corretas
- (A) I e II, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) III e IV, apenas.
 - (D) I e IV, apenas.
 - (E) I e III, apenas.
- 26 O cenário das instituições de ensino superior apresenta uma série de desafios, como a evasão, a reprovação e o adoecimento mental de graduandos. De acordo com a revisão acerca das vivências acadêmicas de graduandos feita por da Matta, Lebrão e Heleno (2014), deve-se atentar para a “importância da participação ativa das instituições no processo de adaptação do estudante à vida acadêmica”. Este processo de adaptação
- (A) requer a conciliação de diferentes demandas características da vida adulta, o que pode ser favorecido pelo desenvolvimento de habilidades sociais educativas e pelo fortalecimento da rede de apoio do educando.
 - (B) está relacionado a fatores intrínsecos do indivíduo, como a inteligência e a personalidade, sendo pouco afetado pela estrutura político-pedagógica da instituição de ensino.
 - (C) refere-se aos conteúdos formais pouco explorados na educação básica, devendo ser favorecido a partir da oferta de cursos de revisão com fins de nivelamento.
 - (D) deve ser favorecido a partir da criação de contextos sociais de interação e formação de laços de amizade entre os graduandos, promovidos pela equipe de psicologia escolar da instituição.
 - (E) depende de características específicas de cada curso, devendo ser discutido sob a perspectiva do perfil de ingressantes e de egressos, sendo comum a graduandos de uma mesma formação.



27 O perfil do professor universitário não perpassa, de modo geral, a formação pedagógica. Ferreira e Andrade (2016) afirmam que “na maioria das vezes, não há preocupação com a formação pedagógica do professor do Ensino Superior”, cabendo assim à formação continuada suprir esta lacuna. Sobre o tema, analise as afirmativas seguintes.

- I No âmbito do ensino superior, a formação continuada docente deve ser promovida pelos cursos específicos, privilegiando a oferta de pós-graduações *stricto sensu*.
- II A lacuna na formação pedagógica docente impacta a qualidade da formação profissional ofertada, devendo ser enfrentada através da oferta de estratégias educacionais complementares aos graduandos.
- III Parte do desafio da formação pedagógica no ensino superior refere-se a favorecer com que a docência seja abraçada enquanto profissão, fazendo-se fundamental a sensibilização do corpo docente quanto aos possíveis impactos da formação continuada na sua prática.
- IV Elementos do exercício da docência, desde o planejamento até a avaliação, devem ser debatidos criticamente em formações complementares de curta duração, instrumentalizando a prática em sala de aula.

Estão corretas

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

28 O quadro abaixo apresenta os dados da Coordenadoria de Acessibilidade da Universidade Federal do Pará relativos à oferta e aprovados pela cota PcD (2011 – 2017)

Quadro 1: Oferta e aprovados pela cota PcD (2011 – 2017)

ANO	OFERTA	INSCRITOS	APROVADOS
2011	145	160	45
2012	180	239	52
2013	179	195	49
2014	157	437	65
2015	164	495	82
2016	171	558	87
2017	178	278	83
Total	1174	2362	463

De acordo com esse quadro, é correto afirmar:

- (A) O crescimento no número de aprovados demonstra que a UFPA é uma instituição inclusiva, possuindo número expressivo de alunos com deficiência em seu quadro discente.
- (B) O número de vagas ofertadas reiteradamente excede o número de aprovados, o que indica limitações na educação básica que dificultam o acesso ao ensino superior, mesmo na presença de políticas afirmativas.
- (C) Há mais inscritos do que vagas ofertadas, o que indica que o acesso ao ensino superior ainda é insuficiente aos alunos aptos a ocuparem estes espaços.
- (D) O número reduzido de alunos aprovados decorre das limitações cognitivas de pessoas com deficiência, cuja formação deve ser focada no âmbito da educação básica.
- (E) Os dados ilustram a ineficácia da política de cotas para pessoas com deficiência, em função do número reduzido de alunos aprovados.

- 29 Há muito tempo se discute a importância de uma maior aproximação da universidade com a comunidade extramuros. Já em 1987, no I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, foi dito que “Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade”. Com base nesse cenário, assinale a alternativa que elenca corretamente estratégias de aproximação universidade-comunidade.
- (A) Prestação de serviços; coleta de dados de pesquisa; práticas assistencialistas.
(B) Identificação de demandas locais; práticas assistencialistas; publicação em periódicos científicos.
(C) Coleta de dados; construção de espaços de diálogo; realização de eventos culturais.
(D) Publicação em periódicos científicos; realização de eventos culturais; produção de informativos.
(E) Prestação de serviços; identificação de demandas locais; construção de espaços de diálogo.
- 30 Em pesquisa realizada por Ferreira (2016) em Portugal, foi encontrado que 62% dos professores universitários participantes apresentavam sintomas de burnout associados à fadiga física. Considere esse dado e reflita sobre a imagem abaixo a partir da perspectiva da Psicologia Organizacional.



Com base no dado e na imagem acima, é correto afirmar:

- (A) A síndrome de burnout é característica dos períodos de fim de semestre, quando há sobrecarga docente, tendendo a diminuir com o equilíbrio das tarefas após os períodos de recesso.
(B) Para enfrentamento do burnout, a gestão de pessoas deve desenvolver estratégias que favoreçam a qualificação docente e planos de carreira que valorizem a produtividade, de modo que o professor se sinta recompensado adequadamente pelo trabalho desenvolvido.
(C) A fadiga física prejudica a qualidade de vida geral do docente podendo ser dirimida por meio de políticas de recursos humanos que favoreçam as relações interpessoais e o equilíbrio entre as demandas da instituição.
(D) O produtivismo acadêmico é um dos fatores geradores desse quadro, de modo que é papel da psicologia organizacional estimular o docente a focar em sua vida social, em detrimento da profissional.
(E) A fadiga física é resultante do aumento dos quadros de obesidade e sedentarismo da população mundial, devendo ser enfrentada por meio de atividade física e alimentação adequada, tendo pouca relação com o ambiente organizacional em si.
- 31 Em 2003, o Conselho Federal de Psicologia aprovou a Resolução nº 007, que institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica. De acordo com os princípios norteadores apresentados neste Manual, é correto afirmar:
- (A) O documento deve responder à demanda apresentada, restringindo-se à apresentação de resultados da avaliação realizada, com o devido diagnóstico em questão.
(B) O documento não deve ser escrito de forma definitiva, deixando claro ao leitor a possibilidade de alterações no objeto de análise em decorrência da dinamicidade dos processos subjetivos.
(C) Os materiais e instrumentos utilizados para a construção do documento são de livre escolha do profissional, não precisando se restringir a instrumentais técnicos psicológicos.
(D) O documento deve ter escrita clara e abrangente, contemplando todas as informações levantadas de forma transparente, expandindo o escopo da finalidade inicial do documento.
(E) A linguagem utilizada deve ser precisa, privilegiando o uso de termos técnicos específicos da abordagem psicológica utilizada no processo de avaliação, favorecendo que seja inteligível entre os pares.



- 32 Almeida (2002) discute o insucesso escolar no ensino superior apontando duas perspectivas: na primeira, focada no desempenho, tem-se a reprovação e a evasão com seus principais indicativos; na segunda, focada na educação, tem-se o desenvolvimento insuficiente de autonomia, espírito crítico e competência de resolução de problema. Sob esta perspectiva, leia as asserções abaixo.

O insucesso na perspectiva do desempenho escolar reflete um problema de aprendizagem do aluno e precisa ser combatido individualmente

PORQUE

As estratégias de ensino tradicionais predominam no ensino superior, mas apresentam limitações ante o desenvolvimento do profissional autônomo e socialmente crítico.

Quanto a essas asserções, é correto afirmar:

- (A) Ambas as asserções estão erradas.
(B) A primeira está correta, mas a segunda está errada.
(C) A primeira está errada, mas a segunda está correta.
(D) Ambas estão corretas, mas a segunda não justifica a primeira.
(E) Ambas estão corretas e a segunda justifica a primeira.
- 33 Considere que você é psicólogo escolar em instituição de ensino superior. Um graduando de licenciatura o procura com uma queixa de baixo rendimento escolar e desmotivação em prosseguir com o curso. Ante esta demanda espontânea, no que diz respeito às condutas profissionais adequadas ao setor de psicologia neste caso, analise os itens seguintes.
- I Utilização de testes de orientação profissional, de modo a auxiliar o aluno a identificar outra carreira com a qual possua maior identificação.
II Encaminhamento ao atendimento clínico para o devido acompanhamento psicoterapêutico.
III Aplicação de testes padronizados e utilização de outros instrumentos para identificação do contexto no qual a queixa se insere.
IV Desenvolvimento de plano de ação multidisciplinar que favoreça o desenvolvimento pessoal e acadêmico do aluno em questão.

Estão corretos

- (A) I e II, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) I e IV, apenas.
(D) II e IV, apenas.
(E) III e IV, apenas.
- 34 Na atualidade, há uma vasta produção bibliográfica que indica a relação existente entre as habilidades sociais e a educação. Neste contexto, uma das definições mais utilizadas é a de Del Prette e Del Prette (2001), que definem as habilidades sociais como classes de comportamentos existentes no repertório do indivíduo que lhe garantem um bom desempenho social. Com base no conceito apresentado e em sua relação com o contexto educacional, é correto afirmar:
- (A) A relação entre habilidades sociais e educação se dá no sentido de que a escola se configura como um ambiente privilegiado de desenvolvimento das habilidades sociais.
(B) Um bom repertório de habilidades sociais impacta o desenvolvimento de competências transversais, como a proatividade, tendo pouco impacto sobre a aprendizagem de conteúdos específicos.
(C) A aprendizagem de habilidades sociais é fortalecida pelo avanço do processo educacional, de modo que é esperado que no ensino superior os indivíduos sejam socialmente mais habilidosos.
(D) As habilidades sociais impactam o processo educacional geral por possibilitarem melhores interações sociais com pares e com professores, tendo impactos socioemocionais e de desempenho acadêmico.
(E) A relação existente entre as habilidades sociais e a educação é bidirecional, de modo que o desempenho acadêmico elevado proporciona o aprimoramento das habilidades sociais e vice-versa.

- 35 “As ações afirmativas são políticas, públicas ou privadas, que pretendem neutralizar discriminações. Por meio dessas políticas, disponibilizam-se para um dado grupo desfavorecido vantagens não extensíveis a outros integrantes da sociedade” (Garcia, 2012). Uma das políticas de ação afirmativa que tem suscitado muitas polêmicas são as chamadas cotas de acesso ao ensino superior. Em relação ao tema, observe a figura abaixo.

DISCUTINDO O SISTEMA DE COTAS...



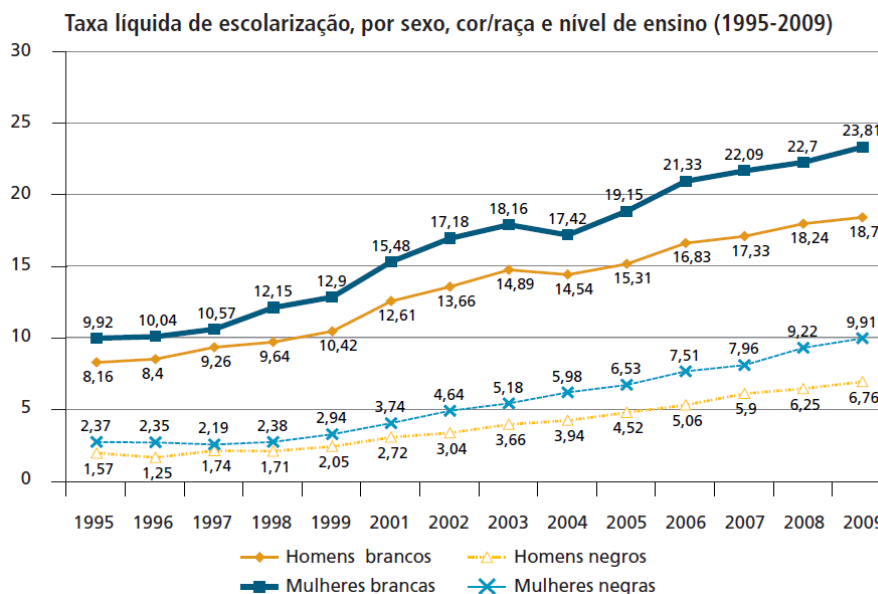
No que se refere ao papel do psicólogo escolar neste debate, é correto afirmar:

- (A) A política de cotas de acesso ao ensino superior tem favorecido a ocorrência de práticas discriminatórias, de modo que cabe ao psicólogo escolar acolher denúncias de preconceitos e auxiliar nos seus devidos encaminhamentos.
 - (B) A partir da introdução da política de cotas houve o crescimento de práticas de racismo reverso, requerendo assim o suporte da psicologia escolar a grupos que anteriormente não eram alvo de opressão.
 - (C) É papel da psicologia escolar contribuir com o empoderamento de indivíduos pertencentes a camadas sociais historicamente oprimidas, bem como auxiliar no desenvolvimento de uma cultura que respeite seu pertencimento no universo acadêmico.
 - (D) É fundamental que o psicólogo escolar tenha domínio das ações afirmativas em vigor na instituição onde trabalha, pois são de sua responsabilidade os processos de definição e implantação de políticas distributivas.
 - (E) As reações adversas à implantação da política de cotas precisam ser enfrentadas por meio de processos disciplinares que coibam a manifestação de tais posicionamentos.
- 36 Na sua prática profissional, é fundamental que o psicólogo escolar realize parcerias com profissionais externos, sejam estes psicólogos ou não. Estas parcerias são regidas pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo. Com base na normatização vigente, quanto à atuação ética do psicólogo, é correto afirmar que cabe a este profissional.
- (A) encaminhar determinadas situações a outro profissional, sempre que o caso fugir do seu campo de atuação ou *expertise*, colaborando com o fornecimento de informações pertinentes.
 - (B) orientar a busca de outros profissionais que atuem de forma inovadora, ainda que não reconhecida pela profissão.
 - (C) incentivar a contratação de serviços externos aos quais o profissional se encontra vinculado, favorecendo assim a manutenção do sigilo perante o caso em questão.
 - (D) encaminhar casos a instituições e/ou profissionais parceiros, sendo comissionado de forma compatível com o serviço prestado.
 - (E) divulgar informações internas da instituição à qual se encontra vinculado, resguardando o princípio da transparência e considerando o compromisso de sigilo ante os indivíduos atendidos.



- 37 A adultez se caracteriza pela fase do desenvolvimento mais longa do ser humano, iniciando com a adultez jovem (dos 20 aos 40) e concluindo com o fim da vida. Todavia é uma das fases menos estudadas pela psicologia do desenvolvimento, em especial esta fase inicial, que coincide com a faixa etária da maioria dos estudantes do ensino superior. Um dos teóricos que discutiu sobre essa fase foi Erik Erikson (1902-1994). Quanto às proposições deste autor em relação a essa fase, analise as afirmativas seguintes.
- I A crise característica é de intimidade versus isolamento, que se configura em uma vida social intensa na qual o indivíduo pode desenvolver relações profundas ou superficiais.
 - II Caracteriza-se pela fidelidade como virtude, o que se refere a uma maior segurança na sua identidade e à formação de vínculos com grupos de amigos com os quais busca identificação.
 - III Um dos fortalecedores da formação identitária nesta fase é a polarização sexual, que é consolidada a partir de um amadurecimento das relações sexuais, nas quais o indivíduo permite-se uma maior entrega.
 - IV Tem no cuidar e no criar suas principais modalidades de relacionamento, o que é mais perceptível nos contextos doméstico e profissional, respectivamente.
- Estão corretas
- (A) I e IV, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II e IV, apenas.
 - (E) I e III, apenas.
- 38 Mais conhecido pelas suas pesquisas básicas acerca dos processos de aprendizagem, em diversos momentos de sua obra, B. F. Skinner refletiu sobre as implicações de seus achados no contexto escolar. O autor chegou a afirmar que, “quando encontrar seus métodos mais efetivos, a educação será quase totalmente dedicada à tarefa de estabelecer e manter uma melhor forma de vida”. Com base na perspectiva analítico-comportamental de educação, é correto afirmar:
- (A) A aprendizagem deveria acontecer a partir do contato direto com as contingências, de modo que instituições como a escola poderiam ser consideradas desnecessárias para o desenvolvimento humano.
 - (B) Um dos problemas do contexto escolar é o uso excessivo de contingências arbitrárias, como notas e prêmios, enquanto o aprendiz deveria ser colocado em situações de contato direto com o produto de sua ação.
 - (C) Processos como motivação e estados emocionais são considerados eventos privados, logo, não devem ser inseridos na análise funcional dos comportamentos observáveis, foco da aprendizagem.
 - (D) Procedimentos de ensino deveriam ser desenvolvidos a partir de evidências de eficácia no controle do comportamento, de modo a direcionar a modelagem de um repertório de acordo com os interesses docentes.
 - (E) O planejamento de práticas de sala de aula é considerado essencial para que esta possa ser administrada com o rigor de controle de variáveis obtido em situação de laboratório, de modo a garantir a eficácia dos processos.
- 39 Desde 2008, com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, tem-se discutido a inclusão educacional de pessoas com deficiência buscando não só o acesso, mas a permanência e a qualidade de ensino. Contudo, segundo dados do Inep (2016), a evasão de pessoas com deficiência é de 31,5% na rede privada e de 19,1% na rede pública de ensino superior. Com base nos dados apresentados, é correto afirmar:
- (A) Para reduzir a evasão deve-se, dentre outros fatores, garantir a acessibilidade física e pedagógica aos conteúdos acadêmicos, bem como a superação de barreiras atitudinais, em especial na relação professor-aluno.
 - (B) As principais barreiras enfrentadas no ensino superior são relativas à complexidade dos conteúdos trabalhados, de modo que a evasão poderia ser reduzida se fossem reduzidos os parâmetros de exigência para pessoas com deficiência.
 - (C) Um dos requisitos para a qualidade do ensino a pessoas com deficiência é a adaptação curricular, entretanto no ensino superior essa adaptação é inviabilizada pelas restrições que as diretrizes curriculares impõem, o que resulta em instituições pouco inclusivas e elevada evasão.
 - (D) A evasão na rede pública é inferior à rede privada pela existência de políticas inclusivas que favorecem a permanência, contudo são insuficientes, pois grande parte do conteúdo acadêmico não é passível da adaptação necessária.
 - (E) Pode-se considerar que a evasão das pessoas com deficiência resulta das diversas barreiras enfrentadas no ensino superior como resultado da ausência de políticas públicas específicas a esse público.

- 40 Quando se discute fracasso escolar no Brasil, uma pergunta que se faz necessária é: quem fracassa no Brasil? Carvalho (2003) discute a relação entre as desigualdades sociais de raça, classe e gênero e a forma como essas desigualdades se refletem na discussão fracasso/sucesso escolar. Os dados apresentados abaixo ilustram essa discussão a partir da taxa de indivíduos entre 18 e 24 anos inseridos no ensino superior:



Fonte: Elaborado por IPEA e extraído de Sotero (2014).

No que se refere ao enfrentamento do fracasso escolar no contexto apresentado acima, é correto afirmar:

- (A) O desempenho superior de mulheres ilustrado no gráfico indica que questões como o machismo já foram superadas no ensino superior.
- (B) A menor inserção proporcional de negros no ensino superior é reflexo de condições históricas, por isso não se percebem avanços nesse processo ao longo do período apresentado.
- (C) Políticas afirmativas podem favorecer o acesso e a permanência de grupos sociais preteridos historicamente pelo processo educacional, devendo ser acompanhadas de ações de combate ao preconceito na sala de aula.
- (D) Ações de fortalecimento da qualidade do ensino público na educação básica seriam necessárias para diminuir a diferença racial de acesso ao ensino superior, pois nesta fase do desenvolvimento já não se pode mais intervir ante o fracasso escolar institucionalizado.
- (E) É necessário sensibilizar a comunidade acadêmica desse cenário, contribuindo para o desenvolvimento de práticas avaliativas diferenciadas de acordo com a origem social dos indivíduos.
- 41 Cunha e Carrilho (2005) afirmam que “em atenção especial a alunos recém-chegados ao ensino superior, a universidade deveria implementar programas de intervenção psicopedagógica que pudessem facilitar a adaptação acadêmica e minimizar o impacto educacional da universidade nestes estudantes”. Quanto às formas como essa intervenção poderia se dar, analise as afirmativas seguintes.
- I A intervenção psicopedagógica se dá por meio do uso de recursos lúdicos em encontros individualizados que favoreçam o desenvolvimento de habilidades básicas, como de leitura.
- II Por meio da identificação não apenas das dificuldades, mas das potencialidades e do perfil discente, pode-se intervir através da formação de professores contribuindo com a adoção de estratégias pedagógicas mais adequadas.
- III A intervenção pode ser realizada de forma grupal, na forma de grupos psicoterapêuticos direcionados ao enfrentamento das dificuldades de adaptação ao ensino superior.
- IV Pode-se intervir a partir de ações voltadas ao desenvolvimento de habilidades básicas, como estudo, organização de tempo e assertividade, favorecendo que os estudantes sintam-se preparados para as exigências do ensino superior.

Estão corretas

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

- 4.2 As habilidades sociais educativas têm sido correlacionadas com indicativos tanto de desempenho acadêmico como de bem-estar e qualidade de vida. Del Prette e Del Prette (2008) destacam que essas habilidades devem ser desenvolvidas não apenas entre os discentes, mas na família e no corpo docente. Leia as duas asserções abaixo sobre este tema.

Habilidades sociais educativas referem-se a habilidades interpessoais que favorecem o desenvolvimento e a aprendizagem do educando

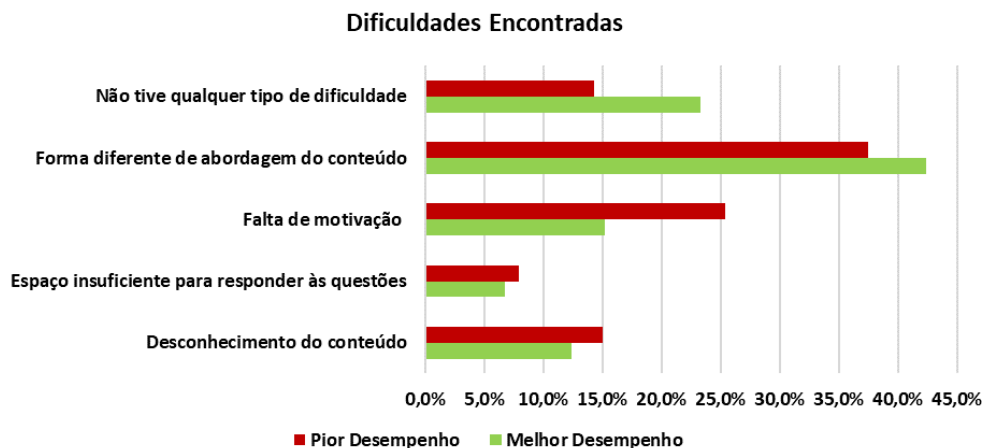
PORQUE

As demandas acadêmicas sociais se referem a situações em que o estudante precisa falar em público, requerendo assim o fortalecimento da oratória e o manejo da ansiedade social.

Quanto a essas asserções, é correto afirmar:

- (A) Ambas as asserções estão erradas.
- (B) A primeira está correta, mas a segunda está errada.
- (C) A primeira está errada, mas a segunda está correta.
- (D) Ambas estão corretas, mas a segunda não justifica a primeira.
- (E) Ambas estão corretas e a segunda justifica a primeira.

- 4.3 Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes (ENADE). Faz-se necessário, assim, que as Instituições de Ensino Superior acompanhem os resultados destas avaliações. O gráfico abaixo apresenta as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com melhores e piores desempenhos na realização do ENADE 2015.



Fonte: <http://www.resultadoenade.com/quem-sao-os-estudantes-com-pior-e-melhor-desempenho-no-enade/>

Com base no papel do psicólogo escolar nesse cenário, é correto afirmar:

- (A) É importante discutir, tanto com a administração superior quanto com os docentes, sobre os processos avaliativos adotados, problematizando as habilidades requeridas no âmbito do SINAES e suas possíveis contradições com as competências esperadas na formação profissional.
- (B) Os alunos com piores desempenhos demonstraram menor motivação na resolução das questões, o que pode ser estimulado por ações motivacionais promovidas pelo setor de psicologia, como distribuição de brindes no dia da prova.
- (C) A psicologia pode contribuir no desenvolvimento de estratégias de ensino-aprendizagem mais eficazes, pois o desempenho está associado principalmente ao conhecimento do conteúdo, de modo que quanto maior o conhecimento, melhor o desempenho.
- (D) Independentemente do desempenho, percebe-se que a motivação é uma questão que requer intervenção, podendo ser trabalhada de forma individualizada com os alunos selecionados a participar do ENADE.
- (E) A dificuldade com a forma de abordar o conteúdo pode ser trabalhada pelo setor de psicologia no contexto de formação de professores, instrumentalizando-os a realizar avaliações com formato mais similar àquele adotado no ENADE.



- 44 Na discussão acerca da aprendizagem no ensino superior, uma tendência mundial tem sido a ênfase na adoção de metodologias ativas. Sob influência de John Dewey (1859-1952), Paulo Freire (1921-1997) e muitos outros teóricos da educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais têm privilegiado este formato de ensino. Na formação de professores no ensino superior, faz-se necessário que o psicólogo escolar compreenda o impacto destas propostas sobre o desenvolvimento e aprendizagem discente. Quanto ao assunto, é correto afirmar:
- (A) Metodologias ativas se referem a aulas dinâmicas, com elementos lúdicos, que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, emocional e motor de forma integrada.
 - (B) O impacto deste tipo de metodologia transpassa a aprendizagem em si, fortalecendo o desenvolvimento do pensamento crítico pautado em concepções de ativismo político.
 - (C) Estas metodologias são pautadas no desenvolvimento da autonomia e do protagonismo do aprendiz, democratizando o ensino e favorecendo uma aprendizagem social contextualizada.
 - (D) O uso de metodologias ativas tem como prerrogativa o abandono de métodos tradicionais de ensino, tendo em vista a evidente falência destes na formação profissional para o século XXI.
 - (E) As metodologias ativas são adequadas para cursos da área de saúde, como a aprendizagem baseada em problemas, mas se tornam inapropriadas para a formação de profissionais com perfil humanista, como nas ciências sociais.
- 45 A forma de atuação do psicólogo escolar sofreu diversas alterações ao longo da história, não só do ponto de vista do tipo de atividade desenvolvida como da concepção de homem e de educação com a qual este profissional trabalha (Martinez, 2010). Na atualidade, tem-se buscado uma relação cada vez mais próxima entre a instituição escolar como um todo e a inserção do profissional de psicologia. Configuram-se como ações pertinentes ao psicólogo escolar:
- (A) Atendimento psicoterápico; orientação profissional; intervenção psicopedagógica.
 - (B) Colaboração na avaliação de resultados de processos de aprendizagem; formação de professores; elaboração de provas.
 - (C) Realização de oficinas direcionadas ao desenvolvimento integral do discente; fiscalização da implementação de políticas públicas; realizar pesquisas.
 - (D) Desenvolvimento de planos de carreira; levantamento de informações para instrumentalizar a individualização do ensino; sensibilização da comunidade acadêmica ante a inclusão escolar.
 - (E) Avaliação psicopedagógica; mapeamento de demandas institucionais; acompanhamento da construção da proposta pedagógica.
- 46 Dentre os documentos psicológicos regulamentados pela Resolução nº 007 de 2003, do Conselho Federal de Psicologia, encontra-se o Laudo Psicológico. De acordo com Patto (1990), a avaliação psicológica no contexto escolar “sela destinos” pois, como afirma também Salazar (1996), muitas vezes legitima a segregação de estudantes. Com base nessa contextualização, nas normas técnicas e no código de ética, é correto afirmar:
- (A) A finalidade do laudo deve ser apresentar tanto o processo de avaliação psicológica quanto orientar futuros encaminhamentos, fundamentado teoricamente e restrito a informações essenciais para a compreensão contextualizada do caso.
 - (B) O laudo se destina à apresentação de diagnósticos que possibilitem o acesso a benefícios e/ou a procedimentos específicos, devendo ser composto da descrição detalhada do quadro identificado e do seu código, conforme o Código Internacional de Doenças (CID-10).
 - (C) O psicólogo escolar não deve se prestar ao fornecimento de laudos psicológicos em função de possíveis usos inadequados das informações, em especial de diagnósticos estigmatizantes, combatendo assim a confecção deste tipo de documento.
 - (D) Laudos psicológicos devem descrever o processo avaliativo e a prescrição de procedimentos interventivos a serem utilizados, detalhando de forma minuciosa os elementos do caso e caracterizando o potencial de desenvolvimento do avaliado em questão.
 - (E) O laudo tem como finalidade apresentar resposta esclarecedora, no campo do conhecimento psicológico, por meio de uma avaliação especializada, de uma “questão-problema”, visando a dirimir dúvidas que estão interferindo na decisão.



- 47 Deve-se entender como comunidade escolar todos os personagens que constituem e qualificam esse espaço, desde seus integrantes formais (discentes, docentes, técnicos) até membros externos (comunidade extramuros, família). Analisando o estresse em estudantes no ensino superior, Silveira, Norton, Brandão e Roma-Torres (2011) encontraram:

Tabela I. Factores de stress em estudantes do Ensino Superior

- Deixar a casa dos pais e viver num ambiente novo
- Partilhar casa com novas pessoas
- Dar resposta às expectativas próprias e às dos pais
- Manter relacionamentos à distância com pessoas significativas
- Problemas financeiros
- Competição entre pares
- Problemas relacionais e necessidade de integração no grupo de pares
- Dificuldades em organizar o tempo
- Preconceito étnico ou sub-cultural
- Maior consciencialização da própria identidade e orientação sexual
- Privação do sono
- Gerir trabalho/estudo/ responsabilidades domésticas e familiares
- Preocupação em terminar o curso e arranjar emprego

Com base nos dados apresentados, é correto afirmar:

- (A) O estresse em graduandos tem pouca relação com o contexto educacional em si, fugindo do escopo da psicologia escolar e requerendo encaminhamento para o atendimento clínico especializado.
- (B) É importante compreender e acolher demandas oriundas das diversas relações sociais nas quais o graduando se insere, contribuindo com o desenvolvimento de habilidades pessoais e de estruturas acadêmicas favoráveis à sua saúde mental.
- (C) Alguns dos fatores estressores apontados são prevalentes em camadas populares, em especial graduandos que migram de comunidades rurais, de modo que a intervenção deve priorizar auxílios financeiros que favoreçam a sua permanência.
- (D) Como os autores não citam o corpo docente em nenhum dos fatores estressores apontados, pode-se compreender que as relações na sala de aula não afetam a saúde mental do graduando.
- (E) A dificuldade em se distanciar dos locais de origem deveria ser trabalhada durante o ensino médio, não estando assim no âmbito da atuação do psicólogo no ensino superior.

- 48 “A atuação do psicólogo escolar no Ensino Superior deve buscar a superação dos modelos tradicionalmente adotados pautados na culpabilização, fragmentação e individualização do fracasso escolar, efetivando práticas que busquem a emancipação dos indivíduos” (Moura & Facci, 2016). Dentre as práticas que podem ser adotadas com este fim, estão aquelas relacionadas à implementação das políticas públicas educacionais. Quanto às ações que podem ser desenvolvidas por psicólogos escolares nesse contexto, analise as afirmativas seguintes.

- I Contribuir com a garantia do acesso a todas as atividades educacionais por pessoas com deficiência.
- II Favorecer o combate a práticas de intimidação sistemática a partir de campanhas de educação, conscientização e informação direcionadas à comunidade escolar como um todo.
- III Colaborar com a política de formação continuada docente a partir da instrumentalização de processos de aprendizagem que favoreçam a formação focada na aquisição de conhecimentos técnicos.
- IV Auxiliar na avaliação contínua do alcance das metas do Plano Nacional de Educação, a partir da aplicação de provas padronizadas que permitam a averiguação da qualidade do ensino.

Estão corretas

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

- 49 A proposição de estratégias educativas baseadas em evidências tem sido uma tendência mundial, que objetiva a produção e a avaliação de conhecimentos científicos que contribuam com o contexto educacional de forma proativa, não apenas reativa (Sebba, 2007). Para tal, é fundamental que agentes educacionais produzam pesquisas científicas em seu *locus* de atuação. Ante esta demanda, o psicólogo escolar pode contribuir com o(a)
- (A) divulgação das pesquisas desenvolvidas na Universidade, favorecendo a socialização do conhecimento científico.
- (B) desenvolvimento de protocolos de pesquisa atrelados ao seu exercício profissional, colaborando com a sistematização de sua prática.
- (C) participação como voluntário em pesquisas, apoiando o desenvolvimento destas.
- (D) dedicação de parte de sua carga horária à investigação científica de processos psicológicos, a partir de estudos clínicos.
- (E) publicação de relatos de experiência pautados em situações cotidianas de sua prática profissional.
- 50 De acordo com Moreira et al. (2017), ações afirmativas são direcionadas a “uma parcela da sociedade que se encontra com reduzidas condições de competição, geralmente como consequência de discriminações negativas atuais ou historicamente arraigadas”. Apesar de as instituições de ensino superior brasileiras já aplicarem ações afirmativas há mais de dez anos, ainda carecem de estudos sistematizados sobre suas implicações. Santos (2012) realizou uma revisão da área, na qual apresenta a seguinte tabela referente aos dados da UFBA:

Tabela 2 – Distribuição Percentual de Estudantes Cotistas e de Não Cotistas Ingressos em 2005.1 com Coeficiente de Rendimento na Faixa entre 7,0 e 10,0 Pontos, nos Cursos de Maior Concorrência nas Áreas de Matemática, Ciências Físicas e Tecnologia

Curso	Cotista		Não Cotista	
	2º Semestre	9º Semestre	2º Semestre	9º Semestre
Ciências da Computação	22,0	44,5	23,0	30,8
Engenharia Civil	59,0	47,1	48,0	68,0
Engenharia Elétrica	56,0	77,8	75,0	57,2
Engenharia de Minas	9,0	18,2	6,4	14,3
Engenharia Sanitária	64,0	30,0	86,0	52,2
Geofísica	14,3	28,0	10,0	55,6
Química	16,7	33,4	11,8	25,8

Fonte: Serviço de Seleção e Orientação da Universidade Federal da Bahia (SSOA/UFBA), 2011.

Com base nessas informações, é correto afirmar:

- (A) A diferença observada entre os desempenhos de cotistas e não cotistas pode ser utilizada para a definição de cursos nos quais a inserção de cotistas é mais eficaz, influenciando políticas públicas futuras.
- (B) O desempenho de cotistas entre o início e o fim do curso foi crescente em cinco dos sete cursos ilustrados, o que indica que ações afirmativas de acesso são suficientes, não havendo a necessidade de ações de permanência.
- (C) Na maioria dos cursos apresentados, os alunos concluintes cotistas demonstraram desempenho superior aos não cotistas, o que pode ser explicado por práticas condescendentes adotadas pelo corpo docente ao longo da graduação.
- (D) As diferenças entre cotistas e não cotistas não são uniformes, o que sugere a relevância de maiores estudos a partir das realidades dos cursos e inviabiliza quaisquer afirmações sobre a pertinência da política de cotas.
- (E) Ainda que limitados, os dados apresentados demonstram que o desempenho médio de alunos cotistas não é divergente dos não cotistas, desconstruindo o discurso capacitista e indicando que as ações de suporte a estes alunos devem ser mais atitudinais do que conteudistas.